



GOVERNO DE PERNAMBUCO

Secretaria de  
Desenvolvimento Social,  
Criança e Juventude

## ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

**Data:** 19/10/2022

**Horário:** 14:00 horas

**Local:** Híbrida (SESES e Google Meet)

### PRESENTES

VICE-PRESIDENTE – Lucas Lira Gomes  
ARTJOVEM – Brenno C. Gomes de Almeida  
AMOTRANS – Maria Daniela M. Motta  
CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino  
COMLESBI – Rivânia Rodrigues da Silva  
GAYMADO – Glauber dos Santos Stringlini  
MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marcone C. Menezes  
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – Jairo Gomes de Amorim  
REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maiacowski M. de Lima  
REDE SAPATÁ – Adriana Gomes  
COORDENADORIA LGBTQIA+/PE – Léo Lins da Silva  
SECULT – Yolanda Corrêa  
SEC. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – Aline Malta  
SEC. DE DEFESA SOCIAL – Jeanne de Aguiar P. De Souza  
SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Morais  
SEC. DE SAÚDE – Luiz Valério  
SETEQ – Antônio de Moura P. Filho  
SEPLAG – Ryan Paulo da Silveira Amorim  
SEC. DA MULHER – Lucidalva Nascimento  
SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

**CONVIDADOS(AS)**

## **JUSTIFICARAM AUSÊNCIA**

SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE

## **NÃO JUSTIFICARAM**

SEC. DE TURISMO.

## **PAUTA**

- Persistência do CEDPLGBT-PE;
- Planejamento do Conselho;
- Construção de uma carta pública para população (como está a política LGBT em Pernambuco);
- Informes.

## DESENVOLVIMENTO

A 48ª Reunião Ordinária do pleno teve início às 14h, na sala de reuniões da Secretaria de Segmentos Sociais, onde o Vice-presidente, Lucas Lira comunica ao pleno que o Presidente, Gleyton Araújo, novamente não estará presente e se justificou por e-mail às 11h48 de hoje, afirmando que não poderia participar da reunião ordinária devido a uma reunião com o Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado, para tratar de assuntos voltados a política LGBTQIA+ de Pernambuco. Lira, comenta que também não está presente o suplente de Gleyton e isso gera dificuldade, explica que ocorreu na última sexta-feira uma reunião da Comissão Executiva do Conselho, às 09h, para definir a pauta e que também Gleyton teria faltado a essa reunião. Por isso, em forma de protesto a essa falta, a sociedade civil decidiu não acatar as pautas enviadas pelos representantes do governo, apenas as pautas elencadas pela sociedade civil foram debatidas para serem trazidas para a reunião de hoje e nesse momento Lucas faz a leitura da pauta. O conselheiro já inicia as discussões sobre o que está acontecendo atualmente com o conselho colocando que vivemos um total descaso, de forma a ser exaustivo devido aos constantes problemas, sejam eles dificuldades técnicas, ou seja, internet e estrutura física para ocorrer as reuniões, ou a ausência da Secretaria que é guarda-chuva deste conselho. O companheiro diz que é vergonhosa a forma como alguns colegas vêm colocando a pauta LGBT, construída com muita luta e suor dentro do estado, que sente um abandono por parte do governo, uma vez que esta é a principal para estar presente, porém Lucas declara que não desmerece os demais conselheiros que representam outras secretarias e estão compromissados. Comenta ainda que já são duas reuniões que se passam sem o conselho ter esclarecimentos sobre o projeto +Cidadania LGBT, que já está em curso.

A Secretária-executiva, Íris de Fátima, informa ao pleno que antes de marcar a reunião ela se comunicou com Alexandro (conhecido como Preto), a fim de solicitar a sala de reuniões do segundo andar e ele teria informado hoje que a sala estaria ocupada, mesmo Íris tendo feito a reserva com antecedência. A secretária ainda relata que Alexandro organizou outra sala, passou para conectar um aparelho de televisão, ela pediu que ele participasse da reunião que era importante, justamente por ele ser o suplente de Gleyton, mas infelizmente ele também não compareceu à reunião.

Lucas Lira, retoma a fala para fazer um adendo, lembrando a todos(as/es) que nenhum conselheiro se auto-representa nesse pleno, mas sim instituições, sejam elas oriundas do

movimento social ou do governo e por isso, ele enquanto representante do Fórum LGBT de Pernambuco não irá se responsabilizar por irresponsabilidade de alguns gestores, assim ele faz o relato que a reunião da executiva do conselho foi marcada aderindo a sugestão de data e horário do próprio Gleyton , porém no dia da reunião, o coordenador alegou que a secretaria não teve expediente e Lucas afirma não ter conhecimento de nenhuma publicação no diário oficial dando ponto facultativo na sexta-feira. O conselheiro ainda comenta que independente de atos políticos ocorrerem na data, o horário do ato era na parte da tarde e a reunião ocorreu às 09h da manhã, ele afirma que deu seu expediente normalmente enquanto servidor público. Novamente Lira explica que por isso não faz sentido acatar uma pauta que foi apenas enviada sem a presença da pessoa que a sugeriu para discutir. No que se refere ao projeto +Cidadania, o vice-presidente expõe que a coordenadora do projeto entrou em contato com ele através do seu contato pessoal e ele explica que o projeto não deve ser repassado para ele, mas sim para o conselho de forma geral e ele afirma que deixou isso bem claro quando respondeu às mensagens da coordenadora. O conselheiro descreve como pessoas despreparadas que estão à frente desses projetos milionários às custas de dinheiro público, que inclusive a coordenadora teria alegado que não devia satisfações ao conselho e sim ao seu supervisor enquanto gestora.

Luiz Valério faz uma intervenção na fala de Lucas e pede que ele traga o contexto sobre do que ele está falando, pois Valério não está conseguindo entender do que se trata, que é importante nominar as pessoas para que fique claro, por exemplo, quem está à frente desse projeto? Quem organiza? Para que o conselho possa compreender todo o percurso da denúncia e possa ter uma discussão objetiva.

Lucas responde a Luiz que irá fazer uma rápida contextualização pois o trajeto foi longo e começa dizendo que o conselho aprovou um projeto de empregabilidade e formação profissional, inclusive a ata do dia da discussão sobre a aprovação do projeto foi encaminhada junto com a denúncia para o Ministério Público. Lira relata que o projeto foi para fase de licitação por cerca de um ano, foi aprovado agora e já está em execução, porém o projeto que o conselho aprovou é totalmente diferente do que está em curso, em seu formato, tamanho e estrutura. O conselheiro coloca que a equipe técnica do projeto é desconhecida por esse conselho, também não tem conhecimento pessoalmente da sua coordenadora Priscila Siqueira, que existiu uma movimentação para trazer a apresentação desse projeto ao conselho, tendo sido colocado em pauta em reunião

ordinária e até convocado uma extraordinária para discussão do projeto. Sendo que na primeira reunião em que foi pautado, ocorreu um atraso de 30 minutos por falta de conexão com internet na Sec. de Emprego e Qualificação, já que a Sec. de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude não oferece estrutura para as reuniões do conselho, devido ao atraso, a coordenadora do projeto Priscila Siqueira informou que não poderia aguardar pois ela teria uma entrevista também previamente agendada naquele horário. Compreendendo a importância da prestação de contas sobre o projeto, o pleno convocou uma reunião extraordinária para obter essa apresentação. Lucas comenta que essa reunião extraordinária ocorreu na SDSCJ, mas novamente houve a ausência de Gleyton - Coordenador da Política LGBT do Estado e atual Presidente do Conselho, Alexsandro - Suplente de Gleyton e a SDSCJ não contou com nenhuma representação, a não ser Íris de Fátima que atua como a Secretária Executiva do conselho, além dos representantes formais da SDSCJ, o conselho convidou a Secretária Executiva de Segmentos Sociais Ana Paula, que também se ausentou, embora estava no prédio no momento em que a reunião ocorria. Já a Coordenadora do projeto Priscila Siqueira teria confirmado a reunião, mas momentos antes dela ocorrer desmarcou alegando ter outros compromissos, em seguida ela enviou mensagem para o contato pessoal de Lucas querendo marcar uma reunião com ele e toda aquela situação que ele descreveu anteriormente, Lira afirma ter dito a coordenadora que não é ela quem demarca as reuniões do conselho, mas sim o conselho que a convida e que ela deve trazer os desdobramentos do projeto para pleno e repete que ela teria dito que só devia esclarecimentos ao seu supervisor, Lucas explica que não tem intenção de estar discutindo por mensagem com ninguém, apenas quer que ela traga o projeto para esse conselho. Dessa forma, o conselheiro explicita que Gleyton queria novamente colocar a apresentação do conselho na pauta dessa reunião, mas não apareceu na reunião da executiva para construir a pauta e por isso a sociedade civil tomou a decisão de não incluir nenhuma pauta sugerida pelo coordenador, como já mencionado. O vice-presidente declara que as pessoas que estão à frente dos cargos na gestão precisam ter profissionalismo e respeito com as instituições que fazem a polícia LGBT desse estado há anos com dificuldades a serem superadas, discorre que é muito ruim esse tipo de trato que está sendo colocado com a coordenação e o conselho. Após a contextualização dos fatos, Lucas coloca que após isso tudo na última reunião extraordinária o pleno deliberou que não vai mais dialogar nesse formato, por isso foi

encaminhado um ofício para o Sec. Edilázio que ele viesse ao conselho, ou pudesse indicar alguém que trouxesse informações sobre esse projeto para o pleno, paralelo a isso foi feita uma denúncia ao Ministério Público, por meio de ofício assinado por Lucas enquanto vice-presidente do conselho após a deliberação do pleno na última reunião extraordinária, denunciando a postura da Coordenadoria LGBT do Estado e também a execução desse projeto que não cumpre o que foi aprovado em reunião por este conselho, bem como a falta de informação a respeito de todo o processo referente a ele, também informa que agendou uma reunião com a promotoria para pedir agilidade no processo e desabafa que esse descaso é desmotivador.

Brenno Gomes se inscreve e inicia sua intervenção dizendo que as redes sociais tem algo muito interessante por revelar algumas questões que geram dúvidas sobre a forma que estão sendo produzidas, tendo a oportunidade de seguir nessas redes algumas pessoas que fazem parte dessa discussão, diz que teve a surpresa de ver através de postagens que o projeto +Cidadania LGBT já estaria em turnê pela Região Metropolitana, já em nível de apresentar sua execução. Gomes relata que dentre as postagens que ele viu, Priscila Siqueira estaria acompanhando a equipe nessa turnê e teria feito uma postagem com a frase *“e ainda tem gente que fala mal [...]”* que gerou uma inquietação no conselheiro, este afirma que fica observando como têm pessoas que tratam a coisa pública com imaturidade e para ele isso é inaceitável, pois não estamos no ensino médio, declara. O conselheiro relembra que isso é um conselho instituído por decreto e certas coisas não podem ser negociadas, que tanto os conselheiros(as/es) quanto a população LGBTQIA+ de Pernambuco merecem respeito. **Brenno Gomes, em nome da ARTJOVEM considera plenamente inadequada a gerência da presidência deste conselho na condução dos seus trabalhos, perante a sua equipe e de quem coordena esse projeto.** Dessa forma, o companheiro reforça o que colocou na reunião extraordinária, que é necessário encaminhar o caso ao ministério público e comunicar ao secretário da pasta informações dessa natureza, afirma não ter compromisso com governo algum e desabafa o quanto é constrangedor precisar vir aqui fazer esse relato e presenciar nas redes sociais o que ele presenciou.

Rivânia Rodrigues se inscreve e endossa as palavras do companheiro que a antecedeu, para além disso já sair dessa reunião com um ofício direto para o Secretário Edilázio e outro para o Governador do Estado, Paulo Câmara, reforça a fala do companheiro dizendo que é uma falta de respeito enorme, independente da gestão já estar acabando, o

conselho não é somente consultivo ele também é deliberativo e é um descaso total dessa secretaria que está coordenando a política LGBT do estado. Rodrigues comenta que mesmo a denúncia tendo sido enviada ao ministério público é necessário reforçar ao secretário e ao governador, diz lamentar tudo isso e que isso merecia um debate numa instância maior, mas compreende que esse é um momento delicado para tomar determinadas atitudes. A conselheira dá continuidade e diz que atualmente as demais secretarias que participam desse conselho fazem melhor a política LGBT do que a própria secretaria que onde o conselho é lotado, destaca que há participação maior das demais secretarias do que da SDSCJ, no que diz respeito tanto a presença nas reuniões quanto a execução da política LGBT em si ao longo do estado.

Sem mais inscritos, o vice-presidente dá seguimento a pauta passando para o segundo ponto que trata do monitoramento dos equipamentos e serviços, **ressalta que ele, Lucas Lira, falando em nome do Fórum LGBT de Pernambuco, não se responsabiliza pela forma como está sendo conduzida a política atualmente no estado**, comunica que o ministério público está cobrando da Comissão de Monitoramento do Plano Estadual de Políticas para a População LGBTQIA+ o acompanhamento dessas políticas e faz a leitura de um trecho da ata da audiência em que ocorreu a cobrança:

“[...] fica o Conselho Estadual de Política Pública LGBT compromissado a apresentar informações sobre o funcionamento da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação das Ações Políticas Implementadas pelo Poder Público, com recorte específico do acompanhamento do Plano Estadual de Promoção de Direitos da População LGBT de Pernambuco 2021/2023, inclusive em relação a composição e as ações realizadas”.

O conselheiro explica que a comissão está sem funcionar porque a SDSCJ não tem dado condições para tal, pois nessa gestão não foi possível montar a comissão e se quer fazer o planejamento do conselho, mesmo assim a informação foi passada para os membros dessa comissão e Jair Brandão ajudou a redigir um texto para ser encaminhado ao Ministério Público como resposta da razão pela qual a comissão está inativa. Lucas potencializa que todos nós assumimos responsabilidades dentro desse conselho, que é necessário arcar com elas e também ponderar o que é dito, uma vez que trata-se de uma esfera pública de controle social.

Passando para o próximo ponto de pauta, o planejamento do conselho, o companheiro diz que tem tido diversas conversas com a Secretária Ana Paula e a última informação obtida é que ela poderia viabilizar esse planejamento para o período pós eleitoral, mas após isso ela não toca mais no tema, logo não é possível confirmar nada por enquanto.

No que tange a construção de uma carta pública, Lucas sugere que Marcone inicie a discussão, pois foi uma sugestão dele.

Rivânia Rodrigues se inscreve, enquanto Marcone se organiza para tratar da pauta e questiona aos gestores presentes se eles têm alguma proposta de encaminhamento diante de toda a discussão trazida até aqui de como está toda a política coordenada pela SDSCJ.

Maria Daniela, se inscreve e comenta que acha bastante complicado ter uma coordenadoria que não aparece e não dialoga com o conselho, que isso pode ser compreendido como uma anti-política LGBT no estado. Daniela comenta que isso é passível de substituição do coordenador que também ocupa o cargo de Presidente do Conselho. Prossegue dizendo que além de não estar participando e contribuindo nas reuniões, está engessando todas as pautas por conta dessa gestão da “coordenadoria fantasma”, encerra.

Marcone Costa dá início a sua exposição se desculpando pois estava em aula, comenta a fala da companheira que o antecedeu dizendo que tem alguns meses que o conselho está enfrentando dificuldade de dialogar não só com esse equipamento, mas com diversos e a coordenadoria que deveria ser o setor de articulação/mobilização, infelizmente não quer, inclusive estão na presidência do conselho e afirma que entende estar claro para todos(as/es) que existe uma desmobilização. Costa ainda pontua que a sociedade civil foi questionada sobre o valor que a coordenadoria está executando esse projeto e sendo um espaço de controle social ainda não tem resposta a isso. Dessa maneira, manifesta o quanto é cansativo tentar diversas formas de diálogo sem êxito, comenta que foram diversas tentativas com o Secretário, com o Governador e com a própria Coordenadoria, então foi encaminhado ao ministério público um documento e existe o interesse de produzir uma carta pública para a sociedade LGBT de Pernambuco, justamente para responder para a população como anda esse espaço de controle social, também com a intenção de já direcionar, demonstrar o interesse e o compromisso do conselho para a nova gestão. Marcone coloca para o pleno a informação de que apenas quando a reunião acabou Gleyton teria enviado para o grupo da executiva suas sugestões de pauta afirmando que eles não teriam o poder de excluir suas sugestões. O conselheiro explica que não foi tomada essa decisão a fim de boicotar o governo e/ou o coordenador, mas sim de esclarecer a necessidade de dialogar com a sociedade civil. Marcone ainda declara que dialogou com a instituição que ele representa no conselho, o Movimento

LGBT Leões do Norte tem um compromisso em fortalecer esse espaço independente de quem ocupe a presidência e se vê nesse momento sem respostas depois de tantas reuniões com tantos encaminhamentos, Costa diz que não vê a execução por parte da secretaria âncora.

Lucas Lira sugere que a carta já seja apresentada ao pleno na próxima reunião, que seja uma carta denúncia, com o tom de prestação de contas sobre como foi a gestão do governo nesse primeiro ano do mandato, já que foi realizado diversos planejamentos e nada saiu do pape e cita de exemplo o plano de realizar uma conferência ou atividade semelhante, o planejamento do conselho, o projeto +Cidadania que está sendo executado sem nenhum um tipo de informação repassada para o conselho. Em resumo, todas as atividades que foram deliberadas pelo conselho e dependiam de alguma ação da SDSCJ ou do governo, não foram executadas. Lira comenta que praticamente o conselho só conseguiu se reunir e mesmo assim com bastante dificuldade. O conselheiro declara que independente de ser final de gestão as pessoas precisam ser responsabilizadas pelos cargos que ocupam .

Luiz Valério se inscreve e pede atenção de Rivânia, uma vez que foi convidado enquanto gestor para se colocar. O representante da Sec. de Saúde deixa claro que não fará sua fala em direção a um lugar pessoal, mas de forma completamente institucional entende e concorda com as pontuações dos seus companheiros que representam a sociedade civil neste conselho, porém acha que não deveria ser publicada uma carta denúncia, mas compreende que todos que compõem esse conselho, tanto as pessoas LGBT's que ocupam cargos na gestão, quanto as pessoas que não são LGBT's tem sim um compromisso técnico com essas pautas. Nesse momento, Valério se dirige a Lucas Lira dizendo que incide sobre tudo isso uma questão sobre a proteção dos direitos e dos campos políticos adquiridos no decorrer da política estadual construída por esses governos que aqui passaram, por isso é necessário pensar como esse conselho apontaria um documento técnico que direcionasse a importância da continuidade do CEDPLGBT e a reorganização do fluxo de cuidado para a realização do mesmo.

Jeanne Aguiar complementa o colega sugerindo que a carta seja em forma de um “relatório de gestão” e Valério concorda.

Retomando a fala, Luiz Valério comunica ao pleno que recebeu um e-mail da coordenadoria LGBT solicitando o preenchimento de uma planilha para acompanhamento das ações realizadas do Plano Estadual de Promoção de Direitos da

População LGBT de Pernambuco 2021/2023, que traz isso para o pleno como uma prestação de contas de que alguém da coordenadoria enviou esse documento, o conselheiro repete que acha justa a reclamação vinda por parte do controle social e complementa que tanto os conselheiros(as/es) do governo, quanto os conselheiros(as/es) da sociedade civil tem um objetivo maior que é o cuidado e a garantia das políticas instituídas para a população LGBTQIA+ de Pernambuco. Finaliza dizendo que isso é algo muito maior que bandeiras partidárias e que espera maturidade para conseguir passarmos o bastão e os direcionamentos para os futuros governos.

Lucas Lira diz acreditar que esse e-mail que o companheiro recebeu é muito do que já está sendo cobrado nessa ação do Ministério Público e faz a leitura de mais um trecho da ata da audiência: “[...] fica aqui a coordenadoria compromissada a apresentar informações as ações executadas no estado através das diversas secretarias de acordo com a previsão do Plano Estadual de Promoção de Direitos da População LGBT de Pernambuco 2021/2023”, argumenta Lucas que isso seria uma forma da coordenadoria “*correr atrás do prejuízo*”.

Íris de Fátima se inscreve e diz que estava pensando se não seria possível o conselho criar uma comissão para tentar ir até a secretaria falar com Edilázio pessoalmente, a fim de entender se o secretário tem ciência do que está ocorrendo, a secretária executiva ainda sugere aos gestores presentes tentar possibilitar esse diálogo por meio das suas secretarias de origem, desabafa que fica muito triste após viver tanta luta para ter esse espaço e vê-lo ser coordenado por uma pessoa que não consegue visualizar a importância desse espaço é lamentável. A conselheira diz que prefere acreditar que o secretário desconhece a situação e por isso insiste em tentar um diálogo diretamente com ele.

Jeanne Aguiar se inscreve para dizer que também se entristece com a situação, pois enquanto gestora em uma secretaria de estado é movido um esforço para estar nesse espaço de discussão, comenta que foi uma correria para conseguir participar da reunião de hoje, mas que não cogitou faltar, justamente por entender a importância desse espaço e das discussões feitas aqui.

Jairo Amorim se inscreve e comenta que em relação a carta é necessário mencionar que estamos passando por uma transição de governo, porque todos aqui desempenham um papel crucial dentro das suas instituições e por isso não podemos publicar uma carta sinalizando um rompimento já que de toda forma tivemos um crescimento junto a essa

gestão, reconhece que muitas barreiras foram encontradas ao longo do caminho, mas na atuação circunstância estamos indo para um novo governo e precisamos primeiro visualizar qual é o tipo de relação que essa nova gestão terá. Amorim comenta que se a próxima gestão não construir uma boa relação, esse governo que vivemos então será lembrado como o melhor e pede aos conselheiros(as/es) que em nome das instituições que estão presentes e também das que não estão que essa carta não seja de rompimento, mas que seja para demonstrar de forma madura o crescimento que tivemos apesar de todas as dificuldades, que esse documento possa ser lançado depois do pleito eleitoral e tenha a intenção de criar uma ponte com o novo governo.

Roseane Moraes se inscreve e convida todos(as/es) a fazer uma reflexão também sobre qual é o papel do conselho, considerando que não é apenas um mecanismo controlador, ele é também formulador e fiscalizador das políticas públicas. Moraes diz que não tem intenção de se referir a pessoas, mas sim a tendência em alguns aspectos e com relação a isso tem um sentimento de desvalorização dos conselhos, traz o exemplo de que algo parecido aconteceu no conselho da criança e concorda com a companheira Jeanne quando fala dos esforços que enfrenta para participar das reuniões, justamente por considerar os conselhos um mecanismo de participação direta fundamental da sociedade e da gestão pública. Tratando da fala de Jairo, Roseane diz que não podemos romper de fato, pois o conselho é um mecanismo legítimo que precisa ocupar seu lugar e ser reconhecido como tal. Nesse sentido, a conselheira diz que mais que uma carta, ela concorda com a sugestão de Luiz Valério de o pleno formular um documento reiterando e fortalecendo o papel do conselho, justamente para esclarecer o papel de conselho de uma vez por todas e comenta que o conselho não pede legitimidade, ele é legítimo. Moraes traz ainda que o conselho não deve ficar nas mãos de quem assume no momento da gestão, que possa não compreender essa dimensão, que por um motivo ou outro não assume o papel. Defende que devemos ter um pensamento estratégico e talvez formar uma comissão para construir esse documento técnico que traga o papel do conselho, dos desafios que foram enfrentados até agora e que inclusive, esse documento deve perpassar essa gestão. Comenta ainda que também teremos desafios com a nova gestão, seja quem for o novo(a) Governador(a) porque tratamos de uma pauta sensível que não é recebida facilmente em qualquer dimensão que é tratada. **Roseane Moraes diz que como representante da Sec. de Justiça e Direitos Humanos reitera o apoio a este conselho, o seu compromisso em seguir junto e o que for proposto para fortalecer a**

**política LGBT de Pernambuco ela se coloca à disposição para construir.** Finaliza dizendo que não concorda com esse marasmo que vem ocorrendo, sendo já a terceira reunião que praticamente a pauta não é debatida porque quem deveria trazer as informações não está presente, que é necessário traçar uma estratégia de forma madura, técnica e como grupo para chamar atenção acerca disso.

Marcone Costa, é o próximo inscrito e diz que entende que o caminho dessa carta é esse e que nós não devemos satisfação ou prestação de contas somente a nova gestão, mas também com a sociedade e toda a população LGBTQIA+ do estado. Inicialmente a preocupação de ser uma carta pública era ter outros direcionamentos aos meios de comunicação para chegar a todos(as/es), por isso a ideia de não ser lançada antes de finalizar o pleito para que ninguém possa usá-lo de barganha política. Costa diz que mesmo que não seja no formato de carta é preciso construir um documento para deixar como uma prestação de conta deste conselho, já que isso teria início no planejamento, mas também foi algo que não aconteceu. Sugere ao pleno que seja feito um momento presencial, em novembro, com os conselheiros(as/es) para construir esse documento e a comissão seria formada para apenas pensar no formato, mas que ele pudesse ser construído por todos(as/es) e esse momento seria de encerramento desse ciclo onde o conselho sistematizaria esse documento para apresentar a sociedade e a nova gestão.

Lucas Lira questiona o pleno se existe alguma objeção sobre a construção dessa carta da forma como foi posta pelos companheiros anteriormente e Rivânia Rodrigues apenas sugere que seja criada uma comissão específica para tratar da carta, o vice-presidente então cita os nomes dele, Lucas Lira de Jair Brandão, Rivânia Rodrigues, Marcone Costa, abre para gestão também se colocar para construir e Rivânia pede a fala.

A conselheira fala que nessa comissão ela gostaria que da gestão Luiz Valério pudesse participar, por entender que essa carta não é para ser detonadora, ela vai indicar exatamente como está o conselho, dessa forma, ela precisa ser técnica, mas também com o olhar do movimento social. Rivânia, comenta que é importante ela vir a partir do conselho com esse olhar técnico e político.

Luiz Valério aceita o convite e indica também o nome de Roseane Moraes e Lucidalva Nascimento, pois Lucidalva além de compor a gestão também é advogada e pode ajudar a trazer esse teor técnico ao documento.

**Assim, fica composta a comissão por: Lucas Lira (FÓRUM LGBT/PE); Jair Brandão (GESTOS); Rivânia Rodrigues (CONLESBI); Marcone Costa**

**(MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE); Luiz Valério (SEC. DE SAÚDE); Roseane Moraes (SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS) e Lucidalva Nascimento (SEC. DA MULHER).**

Rivânia Rodrigues então comenta que essa comissão fica comprometida a construir a carta e apresentar na próxima reunião para que o pleno aprove e ela seja publicada após o pleito eleitoral.

Lucas Lira comunica ao pleno que a próxima reunião ordinária será dia 23 de novembro, onde será apresentada a carta para aprovação.

Luiz Valério já explica que não poderá participar da reunião devido a um congresso de saúde pública que seu suplemente também irá, mas que vai contribuir para a construção da carta.

O vice-presidente também comunica ao pleno que no dia 23 de novembro, às 09h, ocorrerá a audiência no ministério público para entregar o relatório mencionado anteriormente e que aqueles que são da comissão é importante que participem. Assim, declara encerrada a 48ª reunião ordinária do pleno.

## ENCAMINHAMENTOS

- Brenno Gomes sugere enviar um ofício comunicando ao Secretário Edilázio o que vem ocorrendo com o Conselho.
- Rivânia Rodrigues endossa a sugestão e estende para que o ofício seja encaminhado para o Governador Paulo Câmara, para que tome ciência do descaso.
- Marcone Costa sugere a criação de uma carta pública a fim de prestar contas à população LGBTQIA+ do estado sobre essa gestão do conselho e que a comissão do planejamento do conselho pensasse numa metodologia para que os conselheiros(as/es) possam construir a carta em conjunto.
- Luiz Valério sugere que seja construída a carta como um relatório de gestão, de forma a ser um documento técnico a fim de afirmar a importância da continuidade do CEDPLGBT para os próximos gestores.

- Roseane Moraes acompanha a ideia de Luiz Valério e sugere que é necessário reforçar também qual o papel do conselho nesse documento, que seja técnico, que traga o papel do conselho, dos desafios que foram enfrentados até agora e que inclusive, esse documento deve perpassar essa gestão e que seja formada uma comissão para debatê-lo e construí-lo para apresentar ao pleno.

### **INFORMES**

- A Secretária-executiva, Íris de Fátima, informa ao pleno que antes de marcar a reunião ela se comunicou com Aleksandro (conhecido como Preto), a fim de solicitar a sala de reuniões do segundo andar e ele teria informado hoje que a sala estaria ocupada, mesmo Íris tendo feito a reserva com antecedência. A secretária ainda relata que Aleksandro organizou outra sala, passou para conectar um aparelho de televisão, ela pediu que ele participasse da reunião que era importante, justamente por ele ser o suplente de Gleyton, mas infelizmente ele também não compareceu à reunião.
- Lucas Lira comunica ao pleno que no dia 23 de novembro, às 09h ocorrerá a audiência no ministério público para entregar o relatório da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação das Ações Políticas Implementadas pelo Poder Público, com recorte específico do acompanhamento do Plano Estadual de Promoção de Direitos da População LGBT de Pernambuco 2021/2023.

**Diante disso, nada tendo mais a acrescentar a secretária executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.**

**Recife, 19 de Outubro de 2022.**

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude**

**Secretaria de Segmentos Sociais**